

COMPETITIVIDADE TERRITORIAL
E
COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

RELATÓRIO FINAL

VOLUME 3
COMPETITIVIDADE, COESÃO E CONVERGÊNCIA: A
ÓPTICA ESPECÍFICA DAS REGIÕES PORTUGUESAS

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

JULHO DE 2005



FICHA TÉCNICA

Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social

*Volume 3 – Competitividade, coesão e convergência: a óptica específica das regiões portuguesas.
Região Autónoma da Madeira*

Julho de 2005

Autoria: *Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados e que integra CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE*

Coordenação global: *Augusto Mateus*

Coordenação executiva: *Gonçalo Caetano e Paulo Madruga*

Equipa Técnica: *Cátia Fernandes, Diogo Martins, Fernando Moreira, Filipa Ferrão, Francisco Abreu, Isabel André, Joana Chorincas, José António Cabral Vieira, José António Oliveira, Manuel Laranja, Miguel Fernandes, Nuno Crespo, Sandra Primitivo, Sérgio Lorga, Vânia Rosa, Vítor Dionízio e Vítor Escária*

**VOLUME III -
COMPETITIVIDADE, COESÃO E
CONVERGÊNCIA: A ÓPTICA ESPECÍFICA
DAS REGIÕES PORTUGUESAS**

-

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ÍNDICE

ÍNDICE.....	4
LISTA DE CAIXAS	5
LISTA DE FIGURAS.....	5
NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE.....	15
1.1.ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	15
1.2.A APLICAÇÃO DO ISCCT À REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	19
2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA	29
2.1.POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL.....	30
2.2.TRAJECTÓRIA E MODELO COMPETITIVO	42
2.3.INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA	61
2.3.1. <i>Demografia</i>	61
2.3.2. <i>Capital Humano</i>	70
2.3.3. <i>I&D e Tecnologia</i>	78
2.3.4. <i>Especialização produtiva</i>	93
2.3.5. <i>Estrutura da procura</i>	108
2.3.6. <i>Infraestruturas de suporte</i>	114
3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE	119
3.1.GRANDES RESULTADOS DA COESÃO.....	120
3.2.MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL.....	138
3.3.INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA.....	149
3.3.1. <i>Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos</i>	149
3.3.2. <i>Ambiente</i>	158

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1.1.1 – Síntese metodológica subjacente à construção do ISCCT: os indicadores da análise fina das condições, processos e resultados da competitividade e da coesão	16
Caixa 2.1.1 – Preços dos Terrenos e Construções na Madeira.....	32
Caixa 2.1.2 – O Novo Aeroporto da Madeira: Características, Efeitos e Impactos	35
Caixa 2.2.1 - Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial	44
Caixa 2.3.1 – Défice de Instrução e Problemas de Acesso à Informação na Madeira.....	72
Caixa 2.3.2 – Reforço da Sociedade do Conhecimento na Madeira: o Caso do Tecnopólo	80
Caixa 2.3.3 – Tipologia de classificação por graus de intensidade tecnológica.....	84
Caixa 2.3.4 - Caixa Tipologia de classificação por factores chave de competitividade: a identificação de segmentos competitivos	103
Caixa 3.1.1 - Metodologia de cálculo dos índices de pobreza	135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.2.1 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas: os rankings globais em 2000-2002.....	20
Figura 1.2.2 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas os rankings parciais da competitividade em 2000-2002	21
Figura 1.2.3 – Articulação entre coesão e competitividade nas regiões portuguesas (2000-2002)	23
Figura 1.2.4 – Articulação entre coesão económica e social nas regiões portuguesas (2000-2002)	24
Figura 1.2.5 – A articulação entre competitividade e coesão: condições, processos e resultados (NUTSII, 2000-2002)	25
Figura 1.2.6 – A evolução da competitividade e coesão nas NUTS II, <i>as trajectórias 1991-95 → 2000-02(*)</i>	27
Figura 2.1.1 – PIB <i>per capita</i> e variação média anual do PIB: posicionamento da região no contexto europeu.....	31
Figura 2.1.2 – Evolução do PIB <i>per capita</i> nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	33
Figura 2.1.3 – Resultado de Convergência com a UE nos anos 90 (PIB <i>per capita</i>).....	34
Figura 2.1.4 – Taxa de atractividade de população nos anos 90	38
Figura 2.1.5 – Taxa de atractividade de população com ensino superior nos anos 90	40
Figura 2.1.6 – Dimensão da actividade exportadora nos anos 90	41
Figura 2.2.1 – PIB per capita e produtividade: posicionamento da região no contexto europeu	43
Figura 2.2.2 – PIB per capita e taxa de emprego da população dos 15-64 anos : posicionamento da região no contexto europeu	44
Figura 2.2.3 –Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial nos anos 90.....	46
Figura 2.2.4 – Evolução da produtividade nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	48
Figura 2.2.5 – Evolução da taxa de utilização dos recursos humanos nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	49
Figura 2.2.6 – Trajectórias regionais de competitividade nos anos 90.....	50
Figura 2.2.7 – Trajectórias regionais de produtividade e remunerações nos anos 90	51
Figura 2.2.8 – Estrutura do tecido empresarial por escalões de dimensão nos anos 90	52
Figura 2.2.9 – Taxa de iniciativa empresarial nos anos 90	53

Figura 2.2.10 – Taxa de iniciativa empresarial: perspectiva concelhia (1999/2000).....	54
Figura 2.2.11 – Taxa de sobrevivência empresarial nos anos 90.....	55
Figura 2.2.12 – Taxa de sobrevivência empresarial: perspectiva concelhia (1998/1999).....	56
Figura 2.2.13 – Indicador de dependência do emprego regional nos anos 90	57
Figura 2.2.14 – Indicador de dependência do emprego regional: perspectiva concelhia (2001)	58
Figura 2.2.15 – Presença de capital estrangeiro no tecido empresarial regional, nos anos 90.....	59
Figura 2.2.16 – Mobilidade laboral nos anos 90.....	60
Figura 2.3.1 – PIB <i>per capita</i> e densidade populacional: posicionamento da região no contexto europeu	62
Figura 2.3.2 – PIB <i>per capita</i> e índice de envelhecimento: posicionamento da região no contexto europeu	63
Figura 2.3.3 – Densidade populacional nos anos 90.....	64
Figura 2.3.4 – Densidade populacional: perspectiva concelhia (2001).....	65
Figura 2.3.5 – Evolução da estrutura etária da população residente nos anos 90	66
Figura 2.3.6 – Índice de envelhecimento nos anos 90	67
Figura 2.3.7 – Índice de envelhecimento: perspectiva concelhia (2001).....	68
Figura 2.3.8 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90	69
Figura 2.3.9 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90: perspectiva concelhia.....	70
Figura 2.3.10 – PIB <i>per capita</i> e peso da educação superior: posicionamento da região no contexto europeu	71
Figura 2.3.11 – Estrutura de habilitações da população residente (2001).....	73
Figura 2.3.12 – População residente com ensino superior em % da população residente com mais de 20 anos, nos anos 90.....	75
Figura 2.3.13 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total, nos anos 90.....	76
Figura 2.3.14 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total: perspectiva concelhia (2000)	77
Figura 2.3.15 – PIB <i>per capita</i> e pedidos de patentes por milhão de habitantes: posicionamento da região no contexto europeu.....	79
Figura 2.3.16 – PIB <i>per capita</i> , tecnologia ^(*) e conhecimento: posicionamento da região no contexto europeu.....	80
Figura 2.3.17 – Vantagens comparativas reveladas por níveis de intensidade tecnológica (2000).....	85
Figura 2.3.18 – VAB industrial em sectores de média/alta tecnologia em % do total da indústria, nos anos 90.....	86
Figura 2.3.19 – VAB dos sectores de serviços intensivos em conhecimento em % do total dos serviços, nos anos 90	87
Figura 2.3.20 – VAB dos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia em % do total, nos anos 90.....	88
Figura 2.3.21 – Emprego em tecnologias de informação e comunicação (TIC) em % do total, nos anos 90.....	89
Figura 2.3.22 – Intensidade em I&D nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	90
Figura 2.3.23 – Estrutura das despesas em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	91
Figura 2.3.24 – Pessoal em I&D em % da população activa nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	92
Figura 2.3.25 – Estrutura do pessoal em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	92
Figura 2.3.26 – PIB <i>per capita</i> e emprego no sector terciário: posicionamento da região no contexto europeu.....	94
Figura 2.3.27 – VAB por sectores de actividade nos anos 90.....	95
Figura 2.3.28 – Emprego por sectores de actividade: perspectiva concelhia (2001)	97
Figura 2.3.29 – Produtividade por sectores de actividade nos anos 90.....	99
Figura 2.3.30 – Especialização sectorial (VAB) nos anos 90	101
Figura 2.3.31 – Decomposição dos diferenciais de produtividade nos anos 90: análise <i>shift-share</i>	103
Figura 2.3.32 – Estrutura do VAB industrial por factores chave de competitividade nos anos 90.....	105

Figura 2.3.33 – Vantagens comparativas reveladas por factores chave de competitividade (2000)	106
Figura 2.3.34 – Produtividade por factores chave de competitividade nos anos 90.....	107
Figura 2.3.35 –Intensidade exportadora nos anos 90	108
Figura 2.3.36 – Composição das despesas dos agregados familiares nos anos 90.....	109
Figura 2.3.37 – Consumo em serviços avançados em % das despesas das famílias nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	110
Figura 2.3.38 – Taxa de urbanização nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	111
Figura 2.3.39 – Taxa de urbanização: perspectiva concelhia (2001)	112
Figura 2.3.40 – Índice de polarização: perspectiva concelhia (2001)	113
Figura 2.3.41 – PIB <i>per capita</i> e densidade de auto-estradas: posicionamento da região no contexto europeu	115
Figura 2.3.42 – Distâncias aos principais mercados	116
Figura 2.3.43 – Despesas em I&D nas entidades de suporte em % do VAB nos anos 90	118
Figura 3.1.1 – Rendimento colectável <i>per capita</i> : posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	121
Figura 3.1.2 – Rendimento colectável <i>per capita</i> : perspectiva concelhia (2001).....	122
Figura 3.1.3 – Dispersão concelhia do rendimento colectável: posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	123
Figura 3.1.4 – Capacidade relativa de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado (2001).....	124
Figura 3.1.5 – Esperança média de vida à nascença nos anos 90.....	125
Figura 3.1.6 – Esperança média de vida à nascença: perspectiva concelhia (1996/1998).....	126
Figura 3.1.7 – N° médio de anos de escolaridade: posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	127
Figura 3.1.8 – Número médio de anos de escolaridade: perspectiva concelhia (2001).....	128
Figura 3.1.9 – Taxa de analfabetismo nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	129
Figura 3.1.10 – Taxa de analfabetismo: perspectiva concelhia (2001)	130
Figura 3.1.11 – Idosos isolados nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	131
Figura 3.1.12 – Peso dos Idosos isolados: perspectiva concelhia em 2001.....	132
Figura 3.1.13 - Principal meio de subsistência da população residente nos Anos 90	134
Figura 3.1.14 – Índice de pobreza segundo o rendimento (2000).....	136
Figura 3.1.15 – Índice de pobreza segundo as condições de vida em 2000	137
Figura 3.2.1 – PIB <i>per capita</i> e taxa de desemprego: posicionamento da região no contexto europeu	138
Figura 3.2.2 – PIB <i>per capita</i> e desemprego de longa duração: posicionamento da região no contexto europeu.....	139
Figura 3.2.3 – Taxa de desemprego e variação do desemprego nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	140
Figura 3.2.4 - Taxa de desemprego: perspectiva concelhia (2001).....	141
Figura 3.2.5 - Variação do desemprego nos anos 90: perspectiva concelhia	142
Figura 3.2.6 – Desemprego feminino nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	143
Figura 3.2.7 –Estrutura do desemprego por escalão etário: posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	144
Figura 3.2.8 – Estrutura do desemprego por níveis de habilitação nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	145
Figura 3.2.9 – Saída antecipada do sistema educativo: posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	146
Figura 3.2.10 - Saída antecipada do sistema educativo: perspectiva concelhia (2001).....	147
Figura 3.2.11 – Variação da taxa de desemprego e variação da especialização produtiva nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	148
Figura 3.3.1 – PIB <i>per capita</i> e camas de hospital por mil habitantes: posicionamento da região no contexto europeu.....	150

Figura 3.3.2 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total (1998)	151
Figura 3.3.3 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	152
Figura 3.3.4 - População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total (1998)	153
Figura 3.3.5 - População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	154
Figura 3.3.6 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total (1998).....	155
Figura 3.3.7 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total: perspectiva concelhia (1998)	156
Figura 3.3.8 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total (1998).....	157
Figura 3.3.9 - População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total: perspectiva concelhia (1998)	158
Figura 3.3.10 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos (1998 e 2001)	159
Figura 3.3.11 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos: perspectiva concelhia (2001).....	160
Figura 3.3.12 – Taxa de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos (1998 e 2001).....	161
Figura 3.3.13 – População servida com sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, em % do total (1998 e 2001).....	162
Figura 3.3.14 – População servida com sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais em % do total: perspectiva concelhia (2001)	163

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente estudo, intitulado “Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social”, tal como identificado na proposta apresentada por este consórcio, decorrente da nossa leitura do seu Caderno de Encargos, visa, fundamentalmente, avaliar, a partir da construção prévia de um quadro conceptual e analítico rigoroso, sólido e reprodutível, a evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas por um período que envolve os anos 90 e o início da presente década, numa perspectiva dinâmica e espacial, que privilegie, de igual forma, a análise das relações entre a competitividade e a coesão, identificando situações passíveis de justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial.

Neste sentido, e tendo presentes os objectivos atrás mencionados, o presente estudo desagrega-se nos seguintes *outputs*:

- As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas (Volume 1);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa (Volume 2);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Específica das Regiões Portuguesas (Volume 3, em que cada relatório corresponde a cada uma das NUTS II nacionais).

No primeiro, faz-se uma identificação e caracterização das grandes questões conceptuais e metodológicas que se colocam a propósito da análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, havendo que destacar, a este nível, a precisão dos conceitos de competitividade, produtividade, coesão económica e social e de coesão e competitividade de base territorial, em termos da definição das suas dimensões, determinantes e eixos estruturantes fundamentais, e a construção de um índice sintético de competitividade e coesão económica e social das regiões portuguesas, aplicável às NUTS II e NUTS III, subdividido em índices parciais de competitividade e de coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em índices parciais de condições e resultados, e do quadro de indicadores que o alimentam, de forma a assegurar a sua reprodutibilidade.

No relatório nacional (Volume 2), enquadradas que foram as questões chave conceptuais e metodológicas a ter em conta na análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, no período referenciado, faz-se, no seu primeiro ponto, um balanço sintético das grandes transformações ocorridas no nosso país ao longo dos anos 90, com base numa análise transversal do desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, situando as principais dinâmicas económicas e sociais internas e externas, caracterizando o modelo de crescimento económico e o processo de convergência nacional no período posterior à plena integração na União Europeia e projectando as principais dinâmicas territoriais em acção na sociedade portuguesa, tendo em atenção os referenciais regionais das actividades e as tendências e alterações do padrão de dinamismo urbano e social.

Neste relatório, procura-se fazer uma aplicação da metodologia definida de avaliação da evolução da competitividade e coesão territoriais ao caso global da economia portuguesa, no seu todo, procurando, no seu segundo ponto, feito previamente o balanço das dinâmicas em acção na década de 90, fornecer uma visão de longo prazo do papel dos fundos estruturais na convergência económica no seio da União

Europeia, no novo quadro de articulação entre aprofundamento e alargamento, com particular enfoque na análise da evolução da convergência das economias nacionais na Europa Alargada no período de vigência dos QCA (1989-2006), valorizando, neste contexto, o desempenho específico da economia portuguesa e, neste âmbito, o papel dos fundos estruturais e de outras políticas de base nacional no seu processo de convergência estrutural.

Finalmente, no terceiro ponto do Volume 2, aplica-se o índice sintético construído ao estudo comparado da competitividade e coesão de base territorial das diversas regiões portuguesas, sejam elas NUTS II, ou NUTS III, estruturando esta análise em termos do cruzamento dos seus sub-índices de competitividade e coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em sub-índices de condições e resultados.

Este volume é concluído com a produção das conclusões da avaliação da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, que podem justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial, sendo, nessa medida, enunciadas um conjunto de recomendações tendo em vista, designadamente, a preparação do próximo ciclo de programação estrutural.

Os relatórios regionais (Volume 3) desenvolvem, por sua vez, uma abordagem centrada no posicionamento quantitativo e qualitativo relativo de cada uma das regiões NUTS II em matéria de competitividade e coesão territorial, com base inicialmente, numa lógica, agregativa, de síntese, no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) - e da identificação das especificidades de carácter regional que a sua análise traduz, e que devem ser avaliadas tendo presente que, à semelhança de qualquer “índice sintético”, traduzem um resultado agregado que “esconde” diversos aspectos passíveis de identificação, apenas, em análises de carácter mais aprofundado -, e, em segundo lugar, num desenvolvimento, neste quadro, destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão, e que consubstanciam o conjunto de opções metodológicas assumidas no contexto deste trabalho.

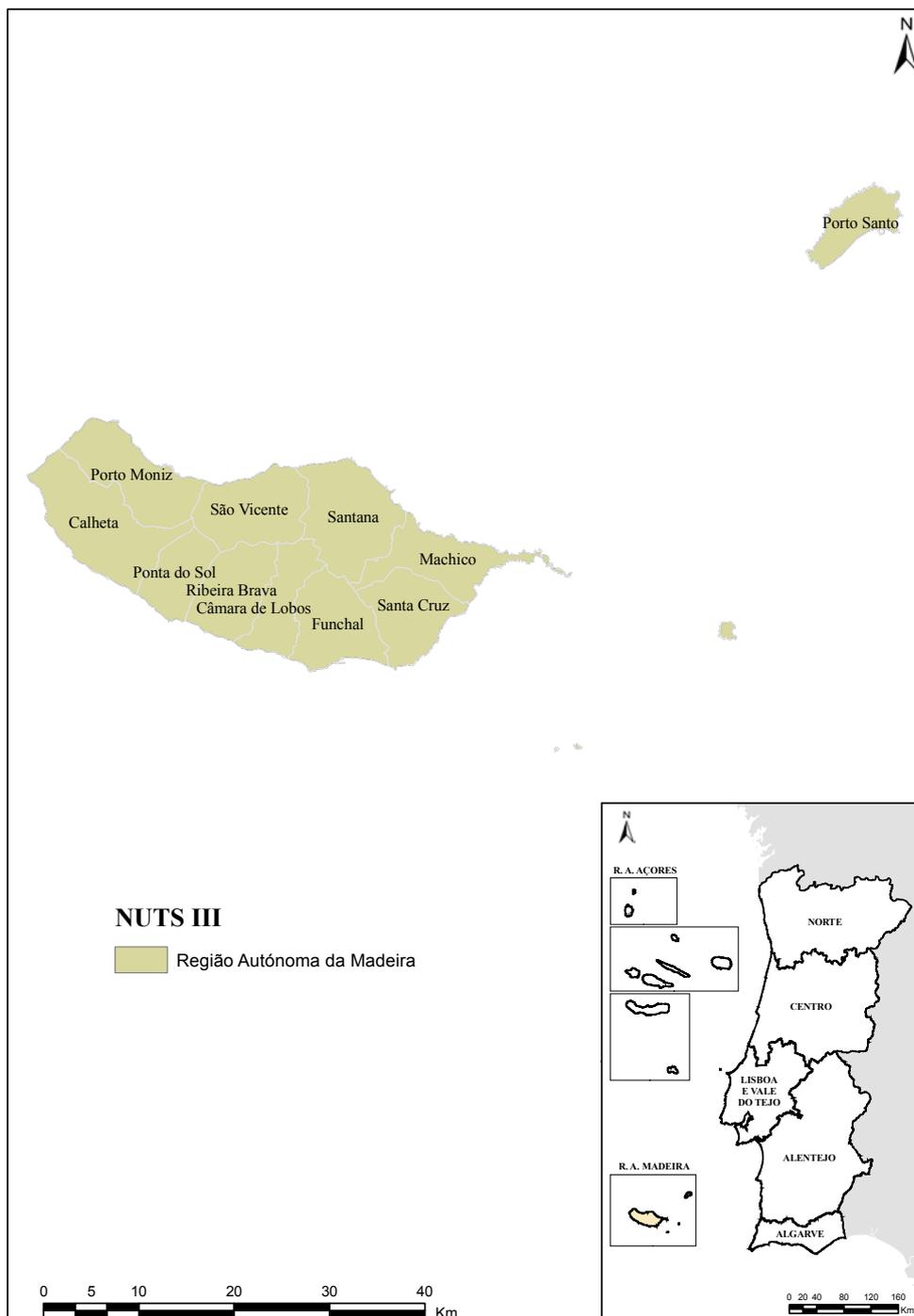
Desta forma, desce-se da perspectiva de síntese inicial para uma abordagem posterior, relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, de toda a temática da competitividade e crescimento e das questões fundamentais da coesão económica e social e dos avanços registados em matéria de equidade, ao longo dos anos 90, em cada uma das regiões NUTS II nacionais.

Neste processo de caracterização, procurar-se, na medida da informação, primária e trabalhada, disponível, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível das NUTS III e dos concelhos que a constituem, permitirá aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade e coesão de base regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

O presente relatório está integrado no Volume 3 do presente estudo, correspondendo à abordagem específica do caso da Região Autónoma da Madeira (RAM).

A este propósito, importa referir ainda, em jeito de guia de leitura e interpretação dos gráficos e mapas apresentados ao longo deste relatório, que a Região Autónoma da Madeira é composta pelos seguintes concelhos:

A Região Autónoma da Madeira



O arquipélago da Madeira está situado no Atlântico Norte, a 900 km de Portugal Continental, a cerca de 600 km da costa de Marrocos e 450 km a norte das Canárias, abrangendo uma superfície total de 828 km² o que corresponde a 0,87% da superfície total do país. Esta região autónoma é constituída pelas ilhas da Madeira e de Porto Santo e pelos ilhéus das Desertas e das Selvagens, em que as duas últimas são reservas naturais.

Na ilha da Madeira a área territorial acima dos 1.000 metros de altitude corresponde, aproximadamente, a ¼ da sua superfície total e apenas 11% da ilha apresenta declives inferiores a 16%, o que configura um conjunto de condicionantes físicas originadoras de fortes limitações à actividade agrícola, ao povoamento, à implantação de infraestruturas básicas e ao funcionamento das redes de serviços. A ilha do Porto Santo, situada a cerca de 60 Km a nordeste da ilha da Madeira, enfrenta ainda limitações acrescidas decorrentes, sobretudo, da dupla insularidade, da sua pequena dimensão (cerca de 42 km² e à volta de 4.800 residentes) e da escassez de recursos hídricos.

Assim sendo, a Região Autónoma da Madeira (RAM), enquanto pequena região insular, depende, quase exclusivamente, do transporte marítimo (e também aéreo) para as suas trocas comerciais com o exterior e, mais especificamente, para o seu aprovisionamento em produtos de primeira necessidade, conferindo à estrutura económica regional um elevado grau de dependência do exterior marcado por um profundo desequilíbrio dos fluxos de mercadorias. A economia regional madeirense consiste, então, numa economia aberta com forte propensão importadora, pelo que, num contexto de inserção numa economia global interdependente e, em particular, no espaço da União Europeia, em que decorre um exigente processo de integração e expansão e de reposicionamento na economia global, é forçosamente influenciada por factores externos, favoráveis ou desfavoráveis, que serão determinantes da dinâmica mundial, por um lado, e confronta-se com a permanência de constrangimentos ao seu desenvolvimento que decorrem da descontinuidade física e da localização distanciada das regiões centrais europeias, bem como de um conjunto de restrições estruturais particularmente intensas, nomeadamente as exíguas dimensões e o acentuado relevo.

O distanciamento e isolamento relativamente aos lugares de maior centralidade originam desvantagens e restrições no acesso aos mercados e à informação, na mobilidade de pessoas e na possibilidade de aceder às grandes redes transeuropeias, particularmente nos domínios dos transportes e da energia, o que ajuda a justificar o estatuto de região ultraperiférica da União Europeia¹.

Com efeito, a exiguidade de recursos e de mercados, as condições naturais de carácter local, incluindo as que derivam da matriz subtropical do seu clima, bem como a conjugação de factores naturais e históricos determinam, em grande medida, um padrão de especialização produtiva muito vulnerável e pouco diversificado, que manifesta fracos desenvolvimento ao nível da cadeia de valor:

- A Madeira é atravessada por 2.150 km de pequenos canais, denominados de “levadas”, os quais ajudam a explicar a importante contribuição que o sector agrícola detém em termos de economia

¹ A Declaração anexa ao Tratado de Maastricht de 1992 reconheceu pela primeira vez a noção de "região ultraperiférica" da Europa. Esta situação única está consagrada no n.º 2 do artigo 299.º do Tratado de Amesterdão de 1997, que estabeleceu uma base jurídica sólida para formular e aplicar derrogações e políticas adequadas às desvantagens e especificidades das 7 regiões ultraperiféricas (os POSEI - "Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade", REGIS), de que faz parte a Região Autónoma da Madeira, juntamente com Reunião, Martinica, Guadalupe, Guiana, Açores e Canárias.

regional, sendo dominado pela produção de banana (para consumo local e em Portugal continental), as flores e o vinho Madeira. No entanto, a agricultura madeirense tem encontrado particulares dificuldades de enquadramento num contexto de liberalização e de mundialização das trocas comerciais, o que se tem repercutido numa diminuição relativa deste sector no conjunto da actividade produtiva regional e, por conseguinte, pressupõe o reforço de actividades agrícolas que visem a diferenciação pela qualidade dos produtos regionais, potenciando, por esta via, maior valor acrescentado;

- A actividade industrial, por seu turno, afigura-se como tradicionalmente pouco diversificada e abrange, no essencial, actividades de carácter artesanal (bordados, tapeçaria e artefactos em vime). Não obstante, o sector secundário tem vindo a reforçar a sua importância no VAB região, em resultado do forte investimento público nomeadamente no sector da construção e obras públicas, onde se tem apostado na melhoria das vias de comunicação terrestre e na requalificação da frente-mar da região, bem como nas infraestruturas de saneamento básico e de âmbito social (como é o caso da habitação), e também em resultado do investimento privado nomeadamente na construção e requalificação de infraestruturas ligadas à actividade turística e habitação (motivadas pelo aumento da procura de habitação própria por parte das famílias)
- A constituição geomorfológica (rochosa e escarpada) da ilha da Madeira surge aliada a uma diversidade micro-climática e a vegetação exuberante e exótica, constituindo um importante factor de atracção para o turismo, que é a principal actividade económica da região. Com efeito a Madeira tem vindo a afirmar-se como um pólo turístico internacional, sendo um destino procurado, por nacionais e estrangeiros, não só pela sua especificidade em termos ambientais, paisagísticos e climáticos, bem como pela qualidade da oferta hotelaria e restauração com que é identificada. O maior predomínio do sector terciário na economia regional madeirense justifica-se, para além das actividades ligadas directa ou indirectamente ao turismo, pelas actividades relacionadas com a Administração Pública Regional, as quais são responsáveis, em larga medida, pelo dinamismo que o sector dos serviços apresenta na economia da RAM.

O tecido empresarial da Região é constituído, predominantemente, por empresas de muito pequena dimensão e enfrenta dificuldades para o desenvolvimento de novos factores de competitividade, assumindo ainda muito peso actividades tradicionais, geradoras de fracos rendimentos, que se vêm confrontando com dificuldades de integração num modelo económico competitivo.

Às debilidades estruturais da actividade económica aliam-se insuficiências a nível da qualificação dos recursos humanos, das condições infra-estruturais e de factores institucionais, pelo que se colocam à Região problemas de competitividade e de sustentação de empregos com níveis de rendimentos que se aproximem da média da União Europeia. Estas limitações do sistema económico regional e em particular do mercado de emprego originaram, durante décadas, grandes fluxos migratórios para países de vários continentes, sobretudo para as Américas e África do Sul, permitindo-lhes uma inserção atlântica humana, e não apenas geográfica.

Numa região com as características da Madeira, em que é muito significativa a sensibilidade e vulnerabilidade em termos ambientais, os principais problemas prendem-se com aspectos relacionados com o saneamento básico e a gestão de resíduos, os recursos hídricos, a prevenção de riscos de erosão e

de catástrofes naturais, a qualidade do ambiente urbano e da paisagem, a conservação da natureza, a protecção da biodiversidade e a qualificação do litoral.

No domínio da protecção e coesão social verificam-se assimetrias no desenvolvimento do território (com particular ênfase para o Funchal face aos restantes concelhos), subsistindo algumas deficiências na estruturação da rede urbana e algumas debilidades na relação urbano-rural. Constatam-se, ainda, carências a nível da habitação, atingindo particularmente famílias de fracos rendimentos, habitando em áreas degradadas, enfrentando problemas de vária ordem que tendencialmente contribuem para a sua exclusão.

O acesso aos serviços de educação, têm registado melhorias significativas, embora o nível educacional da população permaneça baixo. A nível dos serviços de saúde as principais carências situam-se ao nível da necessidade de a melhoria da eficiência e da eficácia, bem como do atendimento dos utentes.

As características, potencialidades e dinâmicas de desenvolvimento, criadas na Região nos últimos anos, consubstanciam, por um lado, desafios de reforço da capacidade de afirmação da economia regional em áreas de especialização estratégicas, onde existem ou possam vir a ser criadas vantagens comparativas e condições de competitividade na economia global em que se insere e, por outro lado, desafios de superação de debilidades e insuficiências da base económica e social.

Nos próximos pontos procura-se efectuar um exercício de aferição qualitativa da competitividade da RAM, no sentido de detalhar os pilares em que assenta o actual modelo de desenvolvimento regional e, simultaneamente, identificar as principais potencialidades e constrangimentos que, devidamente alavancadas no primeiro caso e devidamente colmatados no segundo caso, podem conferir à região níveis superiores de eficiência e podem permitir uma maior eficácia competitiva da economia madeirense. Posteriormente, dar-se-á enfoque à estruturação da coesão económica e social da RAM com a preocupação de aquilatar, com base na dissecação das principais condições de base e resultados do processo de coesão, as melhores formas de atingir da sociedade madeirense atingir padrões superiores de equidade social.